



**TCERN**  
ESCOLA DE  
CONTAS

**Licitações e Contratos  
Administrativos – teoria  
e aspectos práticos  
relevantes da nova lei.**

**Instrutores:**  
Fernando Leão  
Thiago Guterres



TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO



---

---

---

---

---

---

---

---

**OBJETIVO**

Capacitar e atualizar os agentes públicos quanto a procedimentos e normas aplicáveis às Licitações Públicas e aos Contratos Administrativos, demonstrando casos práticos, doutrina e jurisprudência acerca da matéria.



@professorfernandoleao



---

---

---

---

---

---

---

---



**TCERN**  
ESCOLA DE  
CONTAS

**CONTEXTUALIZAÇÃO  
&  
CONCEITOS**



TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO



Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao

---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

#### Constituição Federal (1988)



Art. 37. A **Administração Pública** (...) obedecerá (...) ao seguinte:

XXI - (...), as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de **licitação pública** que assegure **igualdade de condições** a todos os concorrentes, (...);



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos



As Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021, ao regulamentarem o artigo 37, inciso XXI, da CF, estabeleceram **normas gerais** sobre **licitações e contratos administrativos** referentes a compras, obras, serviços, inclusive de publicidade, alienações e locações **no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos



#### Artigo 22. da CF:

Compete **privativamente** à União legislar sobre:

(...)

XXVII - **normas gerais** de licitação e contratação.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Contextualização e Conceitos



### Artigo 24. da CF:

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a **competência suplementar dos Estados**.

### Art. 30. da CF: Compete aos **Municípios**:

(...)

II - **suplementar a legislação federal** e a estadual no que couber.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Estudo de Caso

Podem uma **Lei Estadual exigir**, para fins de **habilitação em certame licitatório**, nova certidão negativa que **não** esteja contemplada na Lei Geral de Licitações. **Verdadeiro ou Falso?**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Jurisprudência STF

“É **inconstitucional** Lei Estadual que exija **nova certidão negativa** que não esteja contemplada na Lei Geral de Licitações, pois essa é uma **competência legislativa da União**. (STF – ADI nº 3575 julgada em 08/09/2016 – Min. Teori Zavascki)



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Falso

**Pode** uma Lei Estadual exigir, para fins de habilitação em certame licitatório, nova certidão negativa que não esteja contemplada na Lei Geral de Licitações.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

De acordo com normas gerais de licitações e contratos administrativos, a celebração de contratos com terceiros na Administração Pública deve ser necessariamente precedida de licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

#### SÚMULA 222 DO TCU

As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislativa, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

As Leis nº 14.133/2021 e 8.666/1993 (Leis de Licitações e Contratos Administrativos), bem como a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei do Pregão, constituem, atualmente, a legislação básica sobre licitações e contratos para a Administração Pública.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos



Regime de Transição: Art. 193 – Lei nº 14.133/2021

**Revogam-se:**

I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;

Obs: Dos Crimes e das Penas/Do Processo e do Procedimento Judicial – Revogados em 01 de abril de 2021.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

Regime de Transição: Art. 193 – Lei nº 14.133/2021

**Revogam-se:**

II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, após decorridos 2 (dois) anos da publicação oficial desta Lei.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos



Regime de Transição: Art. 191 – Lei nº 14.133/2021

Até o decurso do prazo (**de 02 anos**), a Administração poderá **optar por licitar ou contratar** diretamente de acordo com **esta Lei (14.133/2021)** ou de acordo com as leis (**8.666/93; 10.520/2002 e 12.462/2011**), e a opção escolhida deverá ser indicada **expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta**, vedada a **aplicação combinada (da Lei nº 14.133/2021) com as referidas leis**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

Regime de Transição: Art. 191 – Lei nº 14.133/2021

Parágrafo único.

(...) se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas (...), **o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

Regulamentação: Art. 187 – Lei nº 14.133/2021

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **poderão** aplicar os **regulamentos editados pela União** para execução **desta Lei**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Contextualização e Conceitos



### Regulamentação: Doutrina

“As leis que trazem a recomendação de serem regulamentadas não são exequíveis antes da expedição do decreto regulamentar, porque esse ato é *conditio juris* da atuação normativa da lei. Em tal caso, o **regulamento** opera como **condição suspensiva da execução da norma legal**, deixando seus efeitos **pendentes** até a expedição do **ato do Executivo**” Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 42ª ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2016, p. 150)



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Contextualização e Conceitos



### Regulamentação: Doutrina

“Não raras vezes o legislador, ao instituir a lei, prevê que o **Poder Executivo deve proceder a sua regulamentação**. Quando o legislador contempla essa previsão, **está implicitamente admitindo que a lei precisa ser complementada** para merecer devida e **correta aplicação**. E ao Poder Executivo, como regra, incumbe desempenhar essa **função complementadora do mandamento legal** através dos respectivos atos de **regulamentação**”. José dos Santos Carvalho Filho (in “Manual de Direito Administrativo”, 31ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017, p. 57)



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Contextualização e Conceitos



### Conceito de Licitação:

“Procedimento administrativo **formal** em que a **Administração Pública** convoca, mediante condições estabelecidas **em ato próprio**, e na legislação vigente, **empresas interessadas** na apresentação de propostas para o oferecimento de **bens e serviços**, a fim de contratar, nas **melhores condições**, o objeto pretendido.”



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Contextualização e Conceitos

### Conceito de Licitação:



“Objetiva garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia** e a selecionar a **proposta mais vantajosa para a Administração**, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e a possibilitar o comparecimento ao certame do **maior número possível** de concorrentes”. (**Manual de Licitações e Contratos do TCU, 4ª Ed**)



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Contextualização e Conceitos



Objetivos da Licitação: Art. 11 – Lei nº 14.133/2021

O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da **proposta apta** a gerar o **resultado** de contratação mais **vantajoso** para a Administração Pública (...);
- II - assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a **justa competição**;



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Contextualização e Conceitos

Objetivos da Licitação: Art. 11 – Lei nº 14.133/2021

O processo licitatório tem por objetivos:

- III - **evitar** contratações com **sobrepreço** ou com **preços manifestamente inexequíveis** e **superfaturamento** na execução dos contratos;



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

Das Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

Para os fins desta Lei, consideram-se:

LVI - **Sobrepçoço**: preço **orçado** para licitação ou **contratado** em valor **expressivamente superior** aos preços referenciais de mercado, (...)



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

Das Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

Para os fins desta Lei, consideram-se:

LVII - **Superfaturamento**: **dano** provocado ao patrimônio da Administração (...);



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Contextualização e Conceitos

Jurisprudência do TCU

“Constatado **superfaturamento**, é legítima a **compensação de débitos e créditos existentes entre a Administração Pública e a empresa contratada**, diante de indiscutível existência de **dívidas recíprocas** e das dificuldades inerentes ao processo de reparação de dano ao erário(…)” TCU - **Acórdão 4040/2020 Plenário**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

**Contextualização e Conceitos**



**Objetivos da Licitação: Art. 11 – Lei nº 14.133/2021**  
O processo licitatório tem por objetivos:  
IV - incentivar a **inovação** e o **desenvolvimento nacional sustentável**.



 @professorfernandoleao 

---

---

---

---

---

---

---

---



**PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO**



 Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao 

---

---

---

---

---

---

---

---

**Princípios da Licitação**

**Princípios da Licitação: Art. 5º – Lei nº 14.133/2021**  
(...) serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

 @professorfernandoleao 

---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Conceito:



-Conjunto de **padrões de conduta** presentes de forma **explícita ou implícita** no ordenamento jurídico.

-Os princípios são considerados **normas**.

-**Devem** ser observados na **elaboração dos documentos** de uma licitação pública e também na **aplicação e interpretação das leis** que regem este procedimento.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio da Legalidade

**Vincula** os licitantes e a Administração Pública às **normas e princípios** em vigor.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Legalidade: JURISPRUDÊNCIA DO TCU

São plenamente **vinculados** os atos praticados no âmbito do procedimento licitatório, uma vez que estes devem obedecer às **regras definidas na lei** e no edital a que estão jungidos, não cabendo aos responsáveis deliberadamente ignorá-las. **TCU - Acórdão 6198/2009 Primeira Câmara**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio do Interesse Público

Relacionado à **supremacia do interesse Público** sobre o interesse privado.

As licitações e os contratos administrativos são **revestidos de finalidade pública**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio da Isonomia

Tratamento **igual a todos** os interessados.

### Princípio da Impessoalidade

Finalidade pública. O Agente Público não deve agir com objetivo de **prejudicar ou beneficiar os licitantes**, já que a conduta deve ser pautada pelo **interesse público**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### ISONOMIA: JURISPRUDÊNCIA DO TCU

Abstenha-se de exigir que a vencedora disponha de escritório em localidade específica, requisito que **limita o caráter competitivo** do certame e macula o **princípio de isonomia** (...). **Acórdão 43/2008 Plenário**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

Pode-se exigir que o edital seja retirado **apenas na sede do município ou do órgão**, a fim de que se crie cadastro prévio dos potenciais participantes do certame. **Verdadeiro ou Falso?**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

“É **irregular exigência de que o edital e seus elementos constitutivos sejam retirados apenas na sede do município**. A exigência da presença física do interessado na prefeitura para a obtenção de cópia do edital **afeta** o interesse de **empresas localizadas a distâncias maiores** do município de participarem do certame, reduzindo a competitividade da licitação.” TCU - Acórdão 3192/2016 Plenário.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Falso

**Pode-se exigir** que o edital seja retirado apenas na sede do município ou do órgão, a fim de que se crie cadastro prévio dos potenciais participantes do certame.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio da Publicidade

Qualquer interessado **deve** ter acesso às fases da licitação. Publicação dos atos. São **públicos e acessíveis** aos cidadãos os atos do respectivo processo.

É permitido a **qualquer interessado** conhecimento: obtenção de certidões ou cópias reprográficas de dados e de documentos que o integram.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório

A Administração e os licitantes devem **respeitar** as normas e condições **estabelecidas no ato convocatório**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Vinculação ao edital: JURISPRUDÊNCIA DO TCU

Licitação. Julgamento. **Princípio da vinculação ao instrumento convocatório**. (...).

“Os **esclarecimentos prestados** pela **Administração** ao longo do certame licitatório possuem **natureza vinculante**, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, **interpretação distinta**, sob pena de **violação ao instrumento convocatório**.” TCU - **Acórdão 179/2021 Plenário**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio da Transparência

Relacionado ao **controle social**.

A Administração Pública deve disponibilizar dados em **linguagem clara e acessível**.

Apenas os dados cujo **sigilo seja estabelecido** por lei não deverão ser divulgados.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio da Segregação de Funções

Um mesmo Agente Público não deve ser **responsável por mais de uma fase** do processo de contratação. Ex: Quem elabora o TR/PB **não pode** ser responsável pela condução do processo licitatório.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Estudo de Caso

É **vedada** a designação de fiscal de contrato que seja **Pregoeiro**.  
Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

É **vedado** o exercício, **por uma mesma pessoa**, das atribuições de **pregoeiro e de fiscal do contrato celebrado**, por atentar contra o princípio da **segregação das funções**. TCU - Acórdão 1375/2015 Plenário



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

É **vedada** a designação de fiscal de contrato que seja Pregoeiro.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Princípios da Licitação



#### Princípio da Segregação de Funções

Acórdão nº 1.093/2015 – Plenário (TCU)

(...) Relativamente à distribuição de **competências funcionais**, evitar a designação de mesmos servidores para desempenho de atribuições em etapas diferentes de **um mesmo processo** de licitação e contratação, cuidando para que a **elaboração do edital** (e do orçamento, termo de referência, anexos etc.), a **participação na comissão de licitação**, a **fiscalização do contrato** advindo e o **pagamento** dos serviços contratados sejam providos ou executados **por distintos servidores habilitados**, em cumprimento ao **princípio da segregação de funções**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio da Motivação

O Agente público, ao praticar o ato, deverá sempre externar **os motivos** de sua decisão. A existência de **motivação prévia** nos autos demonstra **boa fé do Agente**, quando seus atos forem analisados pelos órgãos de controle.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio da Competição



Conduz o gestor a buscar sempre o **maior número de competidores interessados** no objeto licitado.

Nesse sentido, **não se podem estabelecer**, nos editais, exigências que possam, de alguma forma, admitir, prever ou tolerar, condições que **comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo** da licitação.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade

A Administração, no uso da **discrecionabilidade**, deverá obedecer a **critérios aceitáveis** na prática de seus atos.

Os **meios** de que se utiliza a Administração deverão ser **proporcionais** aos **fins almejados**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável

“O princípio da **sustentabilidade da licitação ou da licitação sustentável**, liga-se a ideia de que é possível, por meio do procedimento licitatório, **incentivar a preservação do meio ambiente**” (Maria Sylvia Zanella Di Pietro)



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

Art. 12 – Lei nº 14.133/2021

### Princípio do Formalismo Moderado

No processo licitatório, **observar-se-á** o seguinte:

(...)



III - o desatendimento de **exigências meramente formais** que **não comprometam** a aferição da **qualificação do licitante** ou a compreensão do conteúdo **de sua proposta** não importará seu **afastamento da licitação ou a invalidação do processo**;



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Princípios da Licitação

### Princípio do Formalismo Moderado

TCU - Acórdão 357/2015-Plenário:



“No curso de **procedimentos licitatórios**, a Adm. Pública deve pautar-se pelo princípio do **formalismo moderado**, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, **a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo**, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados”.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Princípios da Licitação

**Princípio do Formalismo Moderado**  
TCU - Acórdão 2302/2012-Plenário:

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes **não pode ser exagerado ou absoluto**, sob pena de desclassificação de propostas **mais vantajosas**, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, **serem sanadas mediante diligências**”.

 @professorfernandoleao 

---

---

---

---

---

---

---

---

### Princípios da Licitação

A Administração Pública deve obediência ainda, dentre outros, aos princípios do **contraditório e da ampla defesa** no âmbito do **devido processo legal administrativo**.



 @professorfernandoleao 

---

---

---

---

---

---

---

---

 **TCERN**  
ESCOLA DE  
CONTAS

**TIPOS  
&  
MODALIDADES**

 Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao



 TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO

---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de Licitação

Dos Critérios de Julgamento: Art. 33 – Lei nº 14.133/2021

**Conceito:** É o **critério de julgamento** utilizado pela Administração para seleção da proposta **mais vantajosa**, ou seja, a **referência para a avaliação** das propostas.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de Licitação

Dos Critérios de Julgamento: Art. 33 – Lei nº 14.133/2021

O **julgamento das propostas** será realizado de acordo com os seguintes critérios:

- I - menor preço;
- II - maior desconto;
- III - melhor técnica ou conteúdo artístico;
- IV - técnica e preço;
- V - maior lance, no caso de leilão;
- VI - maior retorno econômico.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de Licitação

Dos Critérios de Julgamento: Art. 33 – Lei nº 14.133/2021

### I - Menor Preço:

Atendidas as **especificações** do edital, será considerada **melhor proposta** aquela que apresentar o **menor valor** para fornecimento do objeto.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de Licitação

Dos Critérios de Julgamento: Art. 33 – Lei nº 14.133/2021

### II- Maior Desconto:

O julgamento por **maior desconto** terá como referência o **preço global fixado** no edital de licitação, e o desconto **será estendido** aos eventuais **termos aditivos**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de Licitação



Dos Critérios de Julgamento: Arts. 33 e 35 – Lei nº 14.133/2021

### III - Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico:

Considerará **exclusivamente** as propostas **técnicas ou artísticas** apresentadas pelos licitantes, e o edital deverá definir o **prêmio ou a remuneração** que será atribuída aos vencedores.

Esse Tipo de licitação poderá ser utilizado para a **contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística.**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de Licitação

Dos Critérios de Julgamento: Arts. 33 e 36 – Lei nº 14.133/2021

### IV - Técnica e Preço:

A proposta mais vantajosa é escolhida com base na maior **média ponderada**, considerando-se as notas obtidas nas propostas de **preço e de técnica**, consoante critérios objetivos previstos no Edital.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Tipos de Licitação

Dos Critérios de Julgamento: Arts. 33 e 36 – Lei nº 14.133/2021

#### IV - Técnica e Preço:

§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e **ponderadas** as **propostas técnicas** e, em seguida, as **propostas de preço** apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de **70% (setenta por cento)** de valoração para a **proposta técnica**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Tipos de Licitação

Dos Critérios de Julgamento: Arts. 33 e 36 – Lei nº 14.133/2021

#### IV - Técnica e Preço:

§ 3º O **desempenho pretérito** na execução de contratos com a Administração Pública **deverá** ser considerado na **pontuação técnica**, observado o disposto (...) **em regulamento**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Tipos de Licitação

Dos Critérios de Julgamento: Art. 33 – Lei nº 14.133/2021

#### V - Maior Lance:

É o tipo de licitação utilizado **exclusivamente** na modalidade **Leilão**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de Licitação



Dos Critérios de Julgamento: Arts. 33 e 39 – Lei nº 14.133/2021

### VI - Maior Retorno Econômico:

Utilizado exclusivamente para a celebração de **contrato de eficiência**, considerará a **maior economia** para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em **percentual** que incidirá de forma **proporcional à economia efetivamente obtida** na execução do contrato.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Conceitos Relevantes



Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

### Bens e Serviços Comuns:

São aqueles cujos **padrões de desempenho e qualidade** possam ser **objetivamente definidos** pelo edital, por meio de **especificações usuais do mercado**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Conceitos Relevantes



Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

### Bens e Serviços Especiais:

São aqueles que, por sua **alta heterogeneidade** ou **complexidade**, **não podem** ser descritos como “comuns”, exigida **justificativa prévia** do contratante;



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Art. 28 – Lei nº 14.133/2021

### Conceito:

**Modalidade** de licitação é a **forma específica** de conduzir o **procedimento licitatório**, a partir de **critérios** definidos em **lei**.

As modalidades **definem o rito** da licitação pública.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação



Das Modalidades: Art. 28 – Lei nº 14.133/2021

### Características:

Com o advento da nova lei, o **valor estimado** da contratação **não é mais fator** para definir **qual modalidade** será utilizada pela Administração;

A modalidade a ser utilizada **será definida pela natureza do objeto a ser contratado**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação



Das Modalidades: Art. 28 – Lei nº 14.133/2021

### Características:

É **vedada** a criação de **outras modalidades** de licitação ou, ainda, a **combinação** daquelas previstas na lei.

Tal regra se aplica ao **administrador público** e ao **legislador de normas específicas**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Art. 28 – Lei nº 14.133/2021

São **modalidades** de licitação:

- I - pregão;
- II - concorrência;
- III - concurso;
- IV - leilão;
- V - diálogo competitivo.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Arts. 28 e 29 – Lei nº 14.133/2021

**I – Pregão:**

**Deverá ser utilizado** o pregão **sempre** que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser **objetivamente definidos pelo edital**, por meio de especificações usuais de mercado. (**objeto comum de mercado**).



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação



Das Modalidades: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**I – Pregão - conceito legal:**

Modalidade de licitação **obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de **menor preço ou o de maior desconto**;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Arts. 28 e 29 – Lei nº 14.133/2021

#### I - Pregão:

**Não se aplica** às contratações de serviços técnicos especializados de **natureza predominantemente intelectual** e de **obras e serviços de engenharia**, exceto aos **serviços comuns de engenharia**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Modalidades de Licitação



Das Modalidades: Arts. 28 e 29 – Lei nº 14.133/2021

#### I - Pregão:

Podem ser **presencial ou eletrônico**. Nessa modalidade, os licitantes apresentam propostas de preço **por escrito** e também **por lances**, que podem ser verbais ou na forma eletrônica.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Modalidades de Licitação

#### SÚMULA 257 do TCU

O uso do **Pregão** nas contratações de **serviços comuns de engenharia encontra** amparo na Lei nº 10.520/2002.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

A Administração pode utilizar o Pregão para contratação de serviços de **elaboração de Projeto Executivo** de obra. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

(...) Utilização da modalidade pregão para contratação de serviços de **elaboração de projeto executivo. Trabalho eminentemente intelectual e complexo. Impossibilidade. TCU - AC-2760-40/12-Plenário.**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Falso

A Administração ~~pode utilizar~~ o Pregão para contratação de serviços de elaboração de Projeto Executivo de obra.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

É possível a contratação de desenvolvimento e manutenção de software por meio do Pregão, visto que tal objeto pode ser considerado “Comum de mercado”.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

O desenvolvimento e a manutenção de softwares **enquadram-se na categoria de objetos comuns** (...) sempre que possam ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado, **devendo, nessa situação, ser licitados mediante pregão** (...). TCU - Acórdão 1667/2017 – Plenário.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

É possível a contratação de desenvolvimento e manutenção de software por meio do Pregão, visto que tal objeto **pode ser considerado “Comum de mercado”**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

### II – Concorrência - conceito legal:

Modalidade de licitação para **contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

### II – Concorrência:

O **critério de julgamento** da Concorrência poderá ser:

- menor preço;**
- melhor técnica ou conteúdo artístico;**
- técnica e preço;**
- maior retorno econômico;**
- maior desconto;**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Art. 29 – Lei nº 14.133/2021

### II – Concorrência:

A concorrência e o pregão seguem o **rito procedimental comum.**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Rito Comum: Art. 17 – Lei nº 14.133/2021

O **processo** de licitação observará **as seguintes fases, em sequência**:

- I - preparatória;
- II - de divulgação do edital de licitação;
- III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV - de julgamento;
- V - de habilitação;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Rito Comum: Art. 17 – Lei nº 14.133/2021

§ 1º A fase **de habilitação** poderá, mediante ato **motivado com explicitação dos benefícios decorrentes**, anteceder as **fases de propostas e lances e de julgamento**, desde que expressamente previsto no edital de licitação.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Rito Comum: Art. 17 – Lei nº 14.133/2021

§ 2º As licitações serão realizadas **preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da **forma presencial**, desde que **motivada**, devendo **a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Arts. 6º e 29 – Lei nº 14.133/2021

#### III – Concurso - conceito legal:

Modalidade de licitação para **escolha de trabalho técnico, científico ou artístico**, cujo critério de julgamento **será o de melhor técnica ou conteúdo artístico**, e para concessão de **prêmio ou remuneração** ao vencedor;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Arts. 6º e 29 – Lei nº 14.133/2021

#### IV – Leilão - conceito legal:

Modalidade de licitação para **alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos** a quem oferecer o maior lance.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Modalidades de Licitação



Das Modalidades: Art. 31 – Lei nº 14.133/2021

#### IV – Leilão:

O leilão poderá ser cometido a **leiloeiro oficial** ou a **servidor designado** pela autoridade competente da Administração, e **regulamento** deverá dispor sobre seus procedimentos operacionais.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação



Das Modalidades: Arts. 6º e 32 – Lei nº 14.133/2021

### IV – Diálogo Competitivo - conceito legal:

Modalidade de licitação para contratação de **obras, serviços e compras** em que a Administração Pública realiza **diálogos** com licitantes **previamente selecionados** mediante **critérios objetivos**, com o intuito de desenvolver uma ou mais **alternativas capazes de atender às suas necessidades**, devendo os licitantes apresentar proposta final **após o encerramento dos diálogos**;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação



Das Modalidades: Art. 32 – Lei nº 14.133/2021

### IV – Diálogo Competitivo:

A modalidade diálogo competitivo é **restrita** a contratações em que a Administração vise a **contratar objeto** que envolva as **seguintes condições**:

- a) **inovação** tecnológica ou técnica;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Modalidades de Licitação

Das Modalidades: Art. 32 – Lei nº 14.133/2021

### IV – Diálogo Competitivo:

b) **impossibilidade** de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita **sem a adaptação de soluções disponíveis** no mercado; e

c) **impossibilidade** de as **especificações técnicas** serem definidas **com precisão suficiente** pela Administração;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

 **TCERN**  
ESCOLA DE  
CONTAS

 **TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO**

**ESTIMATIVA DE PREÇO  
DA CONTRATAÇÃO**

 Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao



---

---

---

---

---

---

---

---

**Pesquisa de Preços**

**Para que serve?**  
Saber se existe **recurso financeiro disponível**;

Verificar **propostas inexecutáveis**; e

Evitar **superfaturamento**.



---

---

---

---

---

---

---

---

**Pesquisa de Preços**

**Do valor estimado da contratação: Art. 23 – Lei nº 14.133/2021**  
O valor **previamente estimado da contratação** deverá ser **compatível** com os valores **praticados pelo mercado**, considerados os preços constantes de **bancos de dados públicos** e as **quantidades** a serem contratadas, observadas a potencial **economia de escala** e as **peculiaridades do local** de execução do objeto.



---

---

---

---

---

---

---

---

### Pesquisa de Preços

Do valor estimado da contratação: Art. 23 – Lei nº 14.133/2021

§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, **conforme regulamento**, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos **seguintes parâmetros**, adotados de **forma combinada ou não**:



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Pesquisa de Preços

Do valor estimado da contratação: Art. 23 – Lei nº 14.133/2021

I - composição de custos unitários **menores ou iguais à mediana** do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde **disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**;



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Pesquisa de Preços

Do valor estimado da contratação: Art. 23 – Lei nº 14.133/2021

II - contratações **similares feitas pela Administração Pública**, em execução ou concluídas no período de **1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços**, inclusive mediante **sistema de registro de preços(...)**;



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Pesquisa de Preços

Do valor estimado da contratação: Art. 23 – Lei nº 14.133/2021

III - utilização de dados de pesquisa publicada em **mídia especializada**, de **tabela de referência** formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de **sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**, desde que contenham a **data e hora de acesso**;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Pesquisa de Preços

Do valor estimado da contratação: Art. 23 – Lei nº 14.133/2021

Nas contratações realizadas por **Municípios, Estados e Distrito Federal**, desde que **não envolvam** recursos da **União**, o valor previamente estimado da contratação (...) poderá ser definido por meio da utilização de outros **sistemas de custos** adotados pelo respectivo **ente federativo**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Pesquisa de Preços

Do valor estimado da contratação: Art. 23 – Lei nº 14.133/2021

IV - pesquisa direta com **no mínimo 3 (três) fornecedores**, mediante **solicitação formal de cotação**, desde que seja apresentada **justificativa da escolha** desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com **mais de 6 (seis) meses** de antecedência da data de **divulgação do edital**;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Pesquisa de Preços

Do valor estimado da contratação: Art. 23 – Lei nº 14.133/2021

V - pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas**, na forma de **regulamento**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Estudo de Caso

É possível a realização de pesquisa de preços **pela internet**, por meio de consulta a **sítios eletrônicos**. **Verdadeiro ou Falso?**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Instrução Normativa MPOG

Instrução Normativa Nº 03/17-MPOG

Artigo 2º, III – pesquisa publicada em mídia especializada, **sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**, desde que contenha a **data e hora de acesso**;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

É **possível** a realização de pesquisa de preços pela internet, por meio de consulta a sítios eletrônicos.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

As cotações feitas **diretamente com as empresas locais devem ter precedência** em relação à utilização de cotações feitas através dos **sistemas oficiais de referência** da Administração Pública. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

Os **sistemas oficiais** de referência da Administração Pública refletem, em boa medida, os preços de mercado e, **por gozarem de presunção de veracidade**, devem ter **precedência** em relação à utilização de cotações feitas diretamente com empresas do mercado. **Acórdão 452/2019 Plenário.**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Falso

As cotações feitas diretamente com as empresas locais **devem ter precedência** em relação à utilização de cotações feitas através dos sistemas oficiais de referência da Administração Pública.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

Somente é admissível contratar por valores superiores aos referenciais de preços se houver condições extraordinárias devidamente justificadas no processo. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

Somente é admissível contratar por valores superiores aos referenciais de preços se presentes condições extraordinárias devidamente justificadas no processo administrativo. **TCU Acórdão 2621/2019, Plenário.**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

Somente é admissível contratar por valores superiores aos referenciais de preços se houver condições extraordinárias devidamente **justificadas no processo**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Pesquisa de Preços

Do Orçamento Sigiloso: Art. 24 – Lei nº 14.133/2021

Desde que **justificado**, o **orçamento** estimado da contratação **poderá ter caráter sigiloso**, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos **quantitativos e das demais informações** necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I - o **sigilo não prevalecerá** para os órgãos de **controle interno e externo**;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Pesquisa de Preços

Do Orçamento Sigiloso: Art. 24 – Lei nº 14.133/2021

Na hipótese de licitação em que for adotado o **critério** de julgamento por **maior desconto**, o **preço estimado** ou o **máximo aceitável** constará do edital da licitação.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

Os **licitantes podem responder solidariamente** com o agente público pelo **superfaturamento** caso apresentem proposta com valor **acima** daquele praticado no mercado. **Verdadeiro ou Falso?**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

Os licitantes, **sob risco de responderem por superfaturamento em solidariedade com os agentes públicos**, têm a **obrigação** de oferecer preços que reflitam os paradigmas de mercado, **ainda que** os valores fixados pela Administração no orçamento-base do certame se situem além daquele patamar. **TCU - Acórdão 183/2019 Plenário.**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

Os licitantes **podem responder solidariamente** com o agente público pelo superfaturamento caso apresentem proposta com valor acima daquele praticado no mercado.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---



**TCERN**  
ESCOLA DE  
CONTAS

**TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO**

**AGENTE DE  
CONTRATAÇÃO  
&  
COMISSÃO DE  
CONTRATAÇÃO**

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao

---

---

---

---

---

---

---

---

**Conceitos Relevantes**

**Art. 6º – Lei nº 14.133/2021**

**Agente público:** indivíduo que, em virtude de **eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo**, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica **integrante da Administração Pública.**

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

**Conceitos Relevantes**

**Art. 6º – Lei nº 14.133/2021**

**Autoridade:** agente público dotado de poder de decisão.

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Conceitos Relevantes

Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Comissão de contratação:** conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Agente de Contratação

Art. 8º – Lei nº 14.133/2021

A licitação será conduzida por **agente de contratação**, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Agente de Contratação

Art. 8º – Lei nº 14.133/2021

§ 5º Em licitação na **modalidade pregão**, o agente responsável pela condução do certame **será designado pregoeiro**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Agente de Contratação

#### Art. 176 – Lei nº 14.133/2021

Os Municípios com até **20.000 (vinte mil) habitantes** terão o prazo de **6 (seis) anos**, contado da data de publicação desta Lei, para cumprimento:

I - dos **requisitos estabelecidos** no (...) e no **caput do art. 8º** desta Lei;



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Agente de Contratação

#### Art. 8º – Lei nº 14.133/2021

§ 1º O **agente de contratação** será auxiliado por **equipe de apoio** e responderá **individualmente pelos atos que praticar**, salvo quando **induzido a erro** pela atuação da equipe.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Comissão de Contratação

#### Art. 8º – Lei nº 14.133/2021

§ 2º Em licitação que envolva **bens ou serviços especiais**, (...), o agente de contratação **poderá** ser substituído por **comissão de contratação** formada por, **no mínimo, 3 (três) membros**, que responderão **solidariamente por todos os atos praticados pela comissão**, ressalvado o membro que expressar **posição individual divergente** fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Comissão de Contratação

Art. 8º – Lei nº 14.133/2021

§ 3º **As regras** relativas à atuação do **agente de contratação e da equipe de apoio**, ao **funcionamento da comissão de contratação** e à **atuação de fiscais e gestores de contratos** de que trata esta Lei serão **estabelecidas em regulamento**, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de **assessoramento jurídico** e de **controle interno** para o desempenho das funções (...).



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

Não podem participar do certame **parentes** de 3º grau do **Agente de Contratação**. **Verdadeiro ou Falso?**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

“Abstenha de realizar licitações nas quais haja **quaisquer relações** entre **os participantes e aqueles que detenham o poder de decisão** no processo licitatório, ou qualquer outra situação em que se **verifique prejuízo** ao atendimento dos **princípios da igualdade e da moralidade administrativa**”. TCU - Acórdão 5276/2009 Segunda Câmara



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Agente de Contratação

Art. 14 – Lei nº 14.133/2021

**Não poderão** disputar licitação ou participar da **execução de contrato**, direta ou indiretamente:

(...)



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Agente de Contratação

Art. 14 – Lei nº 14.133/2021

IV - **aquele** que mantenha **vínculo** de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com **dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato**, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, devendo essa proibição constar **expressamente do edital de licitação**;



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

**Não podem** participar do certame parentes de 3º grau do **Agente de Contratação**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

TCERN  
ESCOLA DE  
CONTAS

TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO

**PLANEJAMENTO  
DA  
CONTRATAÇÃO**

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao

---

---

---

---

---

---

---

---

**Planejamento das Contratações**

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Compra:**  
Aquisição remunerada de **bens** para fornecimento **de uma só vez ou parceladamente**, considerada **imediate** aquela com prazo de entrega **de até 30 (trinta) dias** da ordem de fornecimento

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

**Planejamento das Contratações**

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Serviço:**  
**Atividade** ou **conjunto de atividades** destinadas a obter **determinada utilidade, intelectual ou material**, de interesse da Administração;

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Planejamento das Contratações

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Serviço:**

**Atividade** ou **conjunto de atividades** destinadas a obter **determinada utilidade, intelectual ou material**, de interesse da Administração;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Planejamento das Contratações

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Serviços e fornecimentos contínuos:**

**Serviços** contratados e **compras** realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de **necessidades permanentes ou prolongadas**;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Planejamento das Contratações

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Estudo Técnico Preliminar:** Documento constitutivo da **primeira etapa do planejamento** de uma contratação que caracteriza o **interesse público envolvido e a sua melhor solução** e dá base ao **anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico** a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações

Da Fase Preparatória: Art. 18 – Lei nº 14.133/2021

§ 1º O **estudo técnico preliminar** (...) deverá evidenciar o **problema a ser resolvido** e a sua **melhor solução**, de modo a permitir a avaliação da **viabilidade técnica e econômica da contratação** (...).



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

### **Anteprojeto:**

Peça técnica com **todos os subsídios necessários** à elaboração do **projeto básico** (...).



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

### **Projeto Básico:**

Conjunto de elementos **necessários e suficientes**, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a **obra ou o serviço**. (...), elaborado com base nas **indicações dos estudos técnicos preliminares**, que assegure a **viabilidade técnica** e o adequado **tratamento do impacto ambiental** do empreendimento e que possibilite a **avaliação do custo** da obra e a definição dos métodos e do **prazo de execução** (...);



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações

Da Fase Preparatória: Art. 18 – Lei nº 14.133/2021

A fase **preparatória** do processo licitatório é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual (...), sempre que elaborado, e com as **leis orçamentárias**, bem como abordar todas as considerações **técnicas, mercadológicas e de gestão** que podem interferir na contratação, compreendidos:



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações

Da Fase Preparatória: Art. 18 – Lei nº 14.133/2021

I - a descrição da **necessidade** da contratação **fundamentada em estudo técnico preliminar** (...);

II - a **definição do objeto** para o atendimento da necessidade, por meio de **termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo**, conforme o caso;

(...)



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Termo de Referência:** Documento **necessário** para a contratação de **bens e serviços**, que deve conter, entre outros elementos, a **definição** do objeto, incluídos sua **natureza**, os **quantitativos**, o **prazo do contrato** e, se for o caso, a possibilidade de sua **prorrogação e todos os requisitos** da contratação.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações

### Jurisprudência do TCU

“É ilegal a indicação de marcas, **salvo quando devidamente justificada por critérios técnicos ou expressamente indicativa da qualidade do material a ser adquirido** (...). Quando necessária a indicação de marca como referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto, deve esta ser seguida das expressões “**ou equivalente**”, “**ou similar**” e “**ou de melhor qualidade**”, (...). **TCU - Acórdão 2300/2007 Plenário.**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações

### Jurisprudência do TCU

“Pode a administração **inserir** em seus editais cláusula prevendo a necessidade de a **empresa** participante do certame **demonstrar**, por meio de **laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo**, o desempenho, qualidade e produtividade **compatível** com o produto similar ou **equivalente à marca referência** mencionada no edital” **TCU - Acórdão 2300/2007 Plenário.**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## Planejamento das Contratações



### Como especificar?

Exemplo Prático: “Café torrado e moído, com **aspecto homogêneo**, 80% arábica, admitindo-se mistura de café comilon em até 20%, tipo tradicional, com **Nível Mínimo de Qualidade** igual a 5 (cinco), atestado **por exame laboratorial**. Conformidade com a **Portaria MS/SVS nº 377 de 26 de abril de 1999**. Embalado a vácuo, pacotes de 250g líquidos, validade mínima de **10 meses no ato da entrega**.”



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---



**O EDITAL DE LICITAÇÃO**

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao

---

---

---

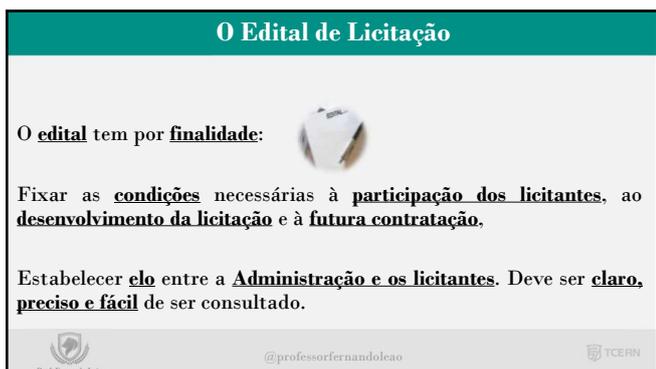
---

---

---

---

---



### O Edital de Licitação

O **edital** tem por **finalidade**:

Fixar as **condições** necessárias à **participação dos licitantes**, ao **desenvolvimento da licitação** e à **futura contratação**.

Estabelecer **elo** entre a **Administração e os licitantes**. Deve ser **claro, preciso e fácil** de ser consultado.

@professorfernandoleao TCErn

---

---

---

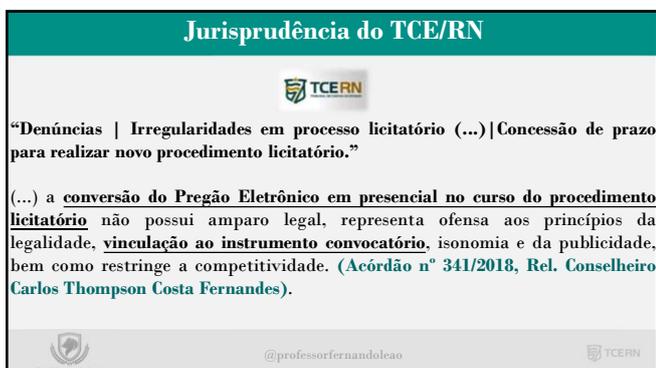
---

---

---

---

---



### Jurisprudência do TCE/RN

“Denúncias | Irregularidades em processo licitatório (...) | Concessão de prazo para realizar novo procedimento licitatório.”

(...) a **conversão do Pregão Eletrônico em presencial no curso do procedimento licitatório** não possui amparo legal, representa ofensa aos princípios da legalidade, **vinculação ao instrumento convocatório**, isonomia e da publicidade, bem como restringe a competitividade. (Acórdão nº 341/2018, Rel. Conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes).

@professorfernandoleao TCErn

---

---

---

---

---

---

---

---

## O Edital de Licitação

Art. 54 – Lei nº 14.133/2021

A **publicidade** do **edital de licitação** será realizada **mediante divulgação** e manutenção do **inteiro teor** do ato convocatório e de seus anexos no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## O Edital de Licitação

Art. 54 – Lei nº 14.133/2021

§ 1º **Sem prejuízo** do disposto no caput (**PNCP**), é **obrigatória** a publicação de **extrato do edital** no **Diário Oficial da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município**, ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, **bem como em jornal diário de grande circulação**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## O Edital de Licitação

Art. 54 – Lei nº 14.133/2021

§ 2º É **facultada** a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos **em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação** (...).



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## O Edital de Licitação



Art. 54 – Lei nº 14.133/2021

§ 3º Após a **homologação** do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, **também no sítio** referido no § 2º deste artigo, os documentos elaborados na fase preparatória que **porventura não tenham integrado o edital e seus anexos**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Estudo de Caso

O **Edital** deve exigir do licitante **o máximo possível** de documentos, a fim de selecionar melhor a **empresa que será contratada**. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Jurisprudência do TCU

“As exigências editalícias devem limitar-se **ao mínimo necessário** para o cumprimento do objeto licitado, de modo a evitar a **restrição ao caráter competitivo** do certame.” **Acórdão 110/2007 Plenário (Sumário)**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Falso

O Edital deve exigir do licitante o **máximo possível** de documentos de habilitação, a fim de selecionar melhor a empresa que será contratada.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Conceitos Relevantes

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Obra:** Toda **atividade** estabelecida, por força de **lei**, como **privativa das profissões de arquiteto e engenheiro** que implica **intervenção** no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que **inova o espaço físico** da natureza ou acarreta **alteração substancial** das **características originais** de bem **imóvel**:



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Conceitos Relevantes

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

**Serviço de Engenharia:** Toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, **intelectual ou material**, de interesse para a Administração e que, **não enquadradas no conceito de obra** (...), são estabelecidas, por força de lei, como **privativas das profissões de arquiteto e engenheiro** ou de **técnicos especializados**, que compreendem:



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Conceitos Relevantes

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

a) serviço **comum de engenharia**: todo serviço de **engenharia** que tem por objeto **ações**, objetivamente **padronizáveis** em termos de **desempenho e qualidade**, de **manutenção, de adequação e de adaptação** de bens **móveis e imóveis**, com preservação das **características originais** dos bens;



@professorfernandoleao

TCERN

### Conceitos Relevantes

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

#### Serviço de Engenharia:

b) serviço **especial** de engenharia: aquele que, por sua **alta heterogeneidade** ou **complexidade**, **não pode se enquadrar** na definição de **serviço comum** de engenharia.



@professorfernandoleao

TCERN

### Conceitos Relevantes

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

#### Obras, serviços e fornecimentos de grande vulto:

Aqueles cujo valor **estimado** supera R\$ **200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)**.



@professorfernandoleao

TCERN

### Conceitos Relevantes

Definições: Novo Conceito art. 55 Lei nº 14.133/2021

**Obra Comum de Engenharia:** “Aquele corriqueira, cujos métodos construtivos, equipamentos e materiais utilizados para a sua feitura sejam frequentemente empregados em determinada região e apta de ser bem executada pela maior parte do universo de potenciais licitantes disponíveis e que, por sua homogeneidade ou baixa complexidade, não possa ser classificada como obra especial” (Rafael Jardim Cavalcante)



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Conceitos Relevantes

Definições: Novo Conceito art. 55 Lei nº 14.133/2021

**Obra Especial de Engenharia:** “É aquela cuja parcela de experiência exigida nos atestados de capacidade técnica refiram-se a obras, sistemas ou subsistemas construtivos heterogêneos, complexos, cujos métodos construtivos, equipamentos e/ou materiais tenham sido realizados com maior raridade e/ou que imponham desafios executivos incomuns para sua conclusão, suficientes a perfazer um menor número de empresas aptas a demonstrar experiência na sua feitura” (Rafael Jardim Cavalcante)



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Conceitos Relevantes

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

#### Contratação Integrada:

Regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Conceitos Relevantes

Definições: Art. 6º – Lei nº 14.133/2021

#### Contratação Semi-Integrada:

Regime de contratação de **obras e serviços de engenharia** em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver **o projeto executivo, executar obras e serviços de engenharia**, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as **demais operações necessárias** e suficientes para a entrega final do objeto;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### O Edital de Licitação

PRAZOS - Art. 55 – Lei nº 14.133/2021

Os **prazos mínimos** para apresentação de **propostas e lances**, contados a partir da **data de divulgação** do edital de licitação, **são de:**

I - para **aquisição de bens:**

a) **8 (oito) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de **menor preço ou de maior desconto;**

b) **15 (quinze) dias úteis**, nas hipóteses não abrangidas pela alínea “a” deste inciso;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### O Edital de Licitação

PRAZOS - Art. 55 – Lei nº 14.133/2021

II - no caso de **serviços e obras:**

a) **10 (dez) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de **menor preço ou de maior desconto**, no caso de **serviços comuns** e de **obras e serviços comuns de engenharia;**

b) **25 (vinte e cinco) dias úteis**, quando adotados os critérios de julgamento de **menor preço ou de maior desconto**, no caso de **serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;**



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## O Edital de Licitação

PRAZOS - Art. 55 – Lei nº 14.133/2021

II - no caso de **serviços e obras**:

c) **60 (sessenta) dias úteis**, quando o regime de execução for de **contratação integrada**;

d) **35 (trinta e cinco) dias úteis**, quando o regime de execução for o de **contratação semi-integrada** (...);



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Estudo de Caso

É **possível** que o edital admita a **subcontratação total** do objeto.  
Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Jurisprudência do TCU

A **subcontratação** do objeto é admitida **apenas parcialmente**, desde que motivada sob a ótica do **interesse público** e com os seus limites devidamente fixados pelo contratante, **não podendo a atuação do contratado transformar-se em mera intermediação** ou administração de contrato. **TCU - Acórdão 14193/2018 Primeira Câmara.**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Falso

É **possível** que o edital admita a **subcontratação total** do objeto.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

Via de regra, o edital de licitação deverá prever a adjudicação por preço global, mesmo em aquisição de objetos de natureza divisível. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCE/RN



“Licitação | Objeto divisível | Adjudicação por item e não por preço global como garantia da ampla competitividade e escolha da proposta mais vantajosa ao interesse público.”

É **recomendável**, nas licitações cujo objeto seja **divisível**, a adjudicação por **item e não por preço global**, de forma a permitir uma **maior participação de licitantes** que, embora não dispo de capacidade para o fornecimento da **totalidade** do objeto, possam fazê-lo com relação a **itens ou unidades autônomas**. (Rel. Conselheira Maria Adélia Sales – Acórdão nº 160/2020-TC).



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Jurisprudência do TCE/RN



“(…) Licitação | Possíveis irregularidades no Edital do certame | Inobservância dos princípios constitucionais da isonomia, economicidade e da competitividade(…)”  
 (...) entendeu restarem presentes a plausibilidade jurídica da Denúncia (fumus boni juris), tendo em vista a **restrição da participação das empresas** no certame (...), dado o agrupamento dos **diferentes itens em um único lote**, o que, em juízo de cognição sumária, feriria o princípio da **isonomia**, (...), além do princípio da **economicidade**, posto que o **desmembramento** dos lotes (...) seria capaz de atrair número maior de potenciais licitantes com maior probabilidade de ofertar **propostas de menor valor**.  
 (Relator: Conselheiro Antônio Gilberto de Oliveira Jales - Acórdão n.º 98/2021-TC).



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Resposta: Falso

Via de regra, o edital de licitação **deverá prever a adjudicação por preço global**, mesmo em aquisição de objetos de natureza divisível.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## O Edital de Licitação

Modos de Disputa - Art. 56 – Lei nº 14.133/2021

O **modo de disputa** poderá ser, **isolada ou conjuntamente**:

I - **aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas **por meio de lances públicos e sucessivos**, crescentes ou decrescentes;

II - **fechado**, hipótese em que as propostas permanecerão **em sigilo** até a **data e hora** designadas para sua divulgação.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## O Edital de Licitação

### Modos de Disputa - Art. 56 – Lei nº 14.133/2021

§ 1º A utilização **isolada** do modo de disputa **fechado** será vedada quando adotados os critérios de julgamento de **menor preço ou de maior desconto**.

§ 2º A utilização do modo de disputa **aberto** será **vedada** quando adotado o critério de julgamento de **técnica e preço**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## O Edital de Licitação

### Habilitação - Art. 67 §2º – Lei nº 14.133/2021

§ 2º (...) será admitida a exigência de atestados com **quantidades** mínimas de **até 50% (cinquenta por cento)** (...) **vedadas** limitações de **tempo e de locais** específicos relativas aos atestados.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Estudo de Caso

Via de regra, é **irregular** a exigência de **número mínimo** de **atestados** de capacidade técnica para fins de habilitação. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

É **irregular** a exigência de **número mínimo de atestados** de capacidade técnica para fins de habilitação, **a não ser** que a especificidade do objeto a recomende, situação em que **os motivos** de fato e de direito deverão estar **explicitados** no processo licitatório. **TCU - Acórdão 825/2019 Plenário.**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

Via de regra, é **irregular** a exigência de **número mínimo ou máximo** de atestados de capacidade técnica para fins de habilitação.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

Em alguns casos, é **possível** a participação em licitações de empresas que estejam em **Recuperação Judicial**. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

**Admite-se** a participação, em licitações, de **empresas em recuperação judicial**, desde que amparadas em **certidão emitida pela instância judicial competente** afirmando que a interessada **está apta econômica e financeiramente a participar** de procedimento licitatório. **TCU - Acórdão 1201/2020 Plenário.**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

A certidão negativa de recuperação judicial é exigível (...), **porém** a apresentação de **certidão positiva** não implica a imediata **inabilitação da licitante**, cabendo ao pregoeiro ou à comissão de licitação **diligenciar** no sentido de aferir se a empresa já teve seu **plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente** (...). **TCU - Acórdão 2265/2020 Plenário.**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

Em alguns casos, **é possível** a participação em licitações de empresas **que estejam em Recuperação Judicial.**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

A eventual existência de **erros sanáveis ou omissões** nas planilhas de custos e preços das licitantes **não é motivo, por si só, de desclassificação da proposta**. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCE/RN



Representação | Irregularidades em processo licitatório | Falhas sanáveis | Anulação da decisão de desclassificação e determinação da continuidade do certame.

“(…) a eventual existência de **erros sanáveis ou omissões** nas planilhas de custos e preços das licitantes **não é motivo, por si só, de desclassificação da proposta**. Neste caso, deve a Administração buscar, **mediante diligência** às licitantes, a correção das falhas, desde que **não seja alterado o valor global proposto**”. (TC Acórdão 11/2019, Rel. Conselheira Maria Adélia Sales).



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

A eventual existência de **erros sanáveis ou omissões** nas planilhas de custos e preços das licitantes **não é motivo, por si só, de desclassificação da proposta**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---



TCERN  
ESCOLA DE  
CONTAS

TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO

PARCER JURÍDICO

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao

---

---

---

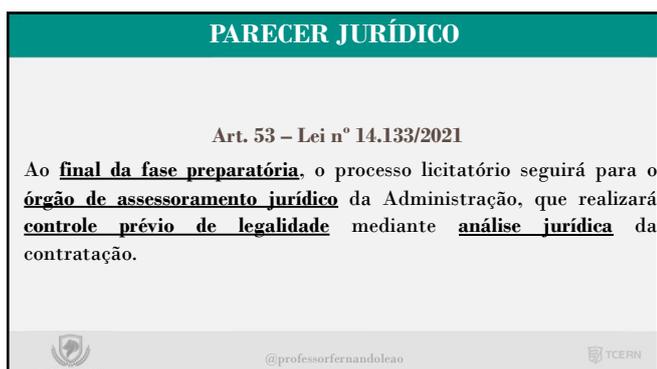
---

---

---

---

---



**PARECER JURÍDICO**

Art. 53 – Lei nº 14.133/2021

Ao **final da fase preparatória**, o processo licitatório seguirá para o **órgão de assessoramento jurídico** da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade** mediante **análise jurídica** da contratação.

@professorfernandoleao TCERN

---

---

---

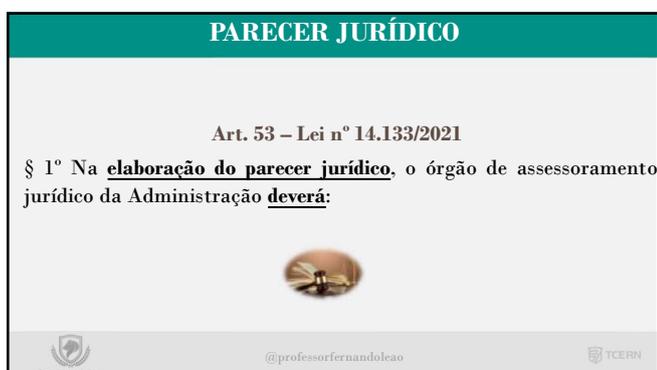
---

---

---

---

---



**PARECER JURÍDICO**

Art. 53 – Lei nº 14.133/2021

§ 1º Na **elaboração do parecer jurídico**, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **deverá**:



@professorfernandoleao TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## PARECER JURÍDICO

Art. 53 – Lei nº 14.133/2021

I - **apreciar** o processo licitatório conforme **critérios objetivos** prévios de atribuição de **prioridade**;

II - redigir sua manifestação em linguagem **simples e compreensível** e de forma **clara e objetiva**, com apreciação de todos os **elementos indispensáveis à contratação** e com exposição dos **pressupostos de fato e de direito** levados em consideração na análise jurídica;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## PARECER JURÍDICO

Art. 53 – Lei nº 14.133/2021

§ 4º (...) o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará** controle prévio de legalidade de **contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços**, outros **instrumentos congêneres** e de seus **termos aditivos**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

## PARECER JURÍDICO

Art. 53 – Lei nº 14.133/2021

§ 5º É **dispensável a análise jurídica** nas hipóteses previamente definidas **em ato da autoridade jurídica máxima competente**, que deverá considerar **o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem** ou a utilização de **minutas** de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes **previamente padronizados** pelo **órgão de assessoramento jurídico**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

O **Parecer Jurídico** constante no processo é **peça meramente opinativa**, **não** podendo o parecerista ser **responsabilizado** junto com o gestor **em hipótese alguma**. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

O parecerista jurídico **pode ser responsabilizado solidariamente** com o gestor quando, **por dolo, culpa ou erro grosseiro**, induz o administrador público à prática de **ato grave irregular ou ilegal**. TCU - Acórdão 362/2018 Plenário.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Falso

O Parecer Jurídico constante no processo é peça meramente opinativa, **não podendo** o parecerista ser responsabilizado junto com o gestor **em hipótese alguma**.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Estudo de Caso

A existência de **parecer jurídico não é suficiente** para afastar a **responsabilidade do agente público** pela prática de ato irregular. Verdadeiro ou Falso?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Jurisprudência do TCU

A **existência de parecer jurídico não é suficiente para afastar a responsabilidade do agente público** pela prática de ato irregular, entretanto pode ser considerada circunstância **atenuante na dosimetria** da pena. TCU - Acórdão 724/2021 Plenário



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Resposta: Verdadeiro

A existência de parecer jurídico **não é suficiente** para afastar a responsabilidade do agente público pela prática de ato irregular.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

**ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

Prof. Fernando Leão @professorfernandoleao

---

---

---

---

---

---

---

---

**Encerramento da Licitação**

**ADJUDICAÇÃO**

É a **atribuição do objeto** do certame ao seu **vencedor**;

Leis nº 8.666/1993 e 14.133/2021: Realizada **sempre** pela **Autoridade Competente**.

@professorfernandoleao

---

---

---

---

---

---

---

---

**Encerramento da Licitação**

**HOMOLOGAÇÃO**

**Ratificação** de todos os **atos anteriores**, confirmando sua validade **perante a lei**;

Realizada **sempre** pela **Autoridade Competente**.

@professorfernandoleao

---

---

---

---

---

---

---

---

## Encerramento da Licitação

### PRINCÍPIO DA AUTOTUTELA

**Autotutela** significa **autoproteção**, isto é, a possibilidade de **atuação**, sem a necessidade de **pedir permissão** para outrem.

**Não há necessidade** de **permissão** do Poder Judiciário ou do Poder Legislativo para que a Administração Pública possa **praticar ou extinguir** (**anular ou revogar**) seus próprios atos.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Encerramento da Licitação

### REVOGAÇÃO

**Autoridade Competente:**

Motivos: **Interesse Público** e **Fato Superveniente** devidamente **comprovado**.



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Encerramento da Licitação

### ANULAÇÃO

**Autoridade Competente:**

Motivo: **Ilegalidade / Vício Insanável;**

**Induz à nulidade do contrato ou da ARP**



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

### Encerramento da Licitação

#### SÚMULA 473 DO STF

“A administração pode **anular seus próprios atos**, quando **evitados de vícios** que os tornam **ilegais**, porque deles **não se originam direitos**; ou **revogá-los**, por motivo de **conveniência ou oportunidade**, respeitados os **direitos adquiridos**, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Encerramento da Licitação

#### Art. 71 – Lei nº 14.133/2021

**Encerradas** as fases de **juízo e habilitação**, e **exauridos os recursos administrativos**, o processo licitatório será encaminhado à **autoridade superior**, que poderá:



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

### Encerramento da Licitação

#### Art. 71 – Lei nº 14.133/2021

I - determinar o **retorno dos autos** para **saneamento** de irregularidades;

II - **revogar a licitação** por motivo de **conveniência e oportunidade**;



@professorfernandoleao

TCERN

---

---

---

---

---

---

---

---

**Encerramento da Licitação**

Art. 71 – Lei nº 14.133/2021

III - proceder à **anulação da licitação**, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente **ilegalidade insanável**;

IV - **adjudicar o objeto e homologar** a licitação.

 @professorfernandoleao 

---

---

---

---

---

---

---

---

**QUESTIONAMENTOS**

 @professorfernandoleao



---

---

---

---

---

---

---

---

**Questionamentos**

**Luana de Jesus**  
Posso identificar a empresa na Proposta de Preços no Pregão Eletrônico?

**Necy Minervino**  
A justificativa de todos os quantitativos deverá ser inserida no processo?

 @professorfernandoleao 

---

---

---

---

---

---

---

---

## Questionamentos

**Genilson Maia**

É necessário esperar o governo federal regulamentar a referida lei para que ela seja aplicada pelos demais entes?

**Bete Rocha**

A documentação que compõe a fase preparatória deve constar no processo ?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---

## Questionamentos

**Railson Andrade**

Professor, caso o software (ou site, creio eu) seja desenvolvido para suprir as necessidades e especificações da contratante ela entraria em qual modalidade?

**Sérgio Lopes Loures**

Pode haver um setor específico para elaboração de Termos de Referência, desde que a especificação do objeto e a justificativa sejam feitas pelo setor requisitante?



@professorfernandoleao




---

---

---

---

---

---

---

---



**TCERN**  
ESCOLA DE  
CONTAS

**Licitações e Contratos  
Administrativos – teoria  
e aspectos práticos  
relevantes da nova lei.**

**Instrutores:**

Fernando Leão  
Thiago Guterres



**TRIBUNAL DE  
CONTAS DO  
ESTADO**

---

---

---

---

---

---

---

---